



**Folkcomunicação, ativismo e políticas públicas:
Aproximações disciplinares para a atuação na arena política.¹**

Cristina Schmidt²

Resumo

Os processos folkcomunicacionais e as atividades do campo das políticas públicas se manifestam em territórios de interação. Com o objetivo de fazer uma reflexão aproximativa das políticas públicas à folkcomunicação, este artigo faz inicialmente considerações sobre as redes comunicativas e a folkcomunicação, na sequência traz alguns conceitos do campo das políticas públicas para em seguida trazer reflexões sobre a diversidade cultural, os movimentos sociais e seus desdobramentos em políticas culturais. Finaliza trazendo aproximações entre patrimônio cultural, ativistas midiáticos e políticas públicas. Conclui considerando que as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas singulares para posicionarem sua produção cultural e atuação na arena política.

Palavras-chave

Folkcomunicação; Políticas Públicas; Diversidade Cultural; Ativismo.

Introdução

Em princípio, os diferentes grupos culturais estabelecem processos comunicativos permanentes para a convivência e existência, pois não são realidades autônomas, independentes da vida econômica, são parte de um contexto global de aspectos sociais, políticos e econômicos. Formam redes que facilitam o diálogo entre produtores culturais e vida social, uma mediação de interesses. Atualmente as

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Folkcomunicação de XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

² Cristina Schmidt é Pós-doutora pela Cátedra UNESCO/Umesp de Comunicação para o desenvolvimento regional. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, mestre em Comunicação e jornalista pela Metodista-SP. Coordenadora, Pesquisadora e professora no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes - SP. Professora na Faculdade Bertioga - SP. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Comunicação e Políticas Públicas para a cidadania. E-mail: cris_schmidt@uol.com.br.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

estratégias de mediação precisam ser muito bem delimitadas para destacar o papel dos diferentes grupos culturais nesse contexto diverso. Grupos esses que, delimitados a esfera popular, por exemplo, têm uma posição ativa como protagonistas da mediação dentro de uma “densa rede de comunicação cotidiana”. (SCHMIDT, 2014, p.47)

Esse processo leva ao entendimento das práticas comunicacionais e culturais negociadas – interações mediadas - em que os bens culturais são permanentemente mediados seja de modo interpessoal ou midiático. Nesse último, entendendo as relações no contexto produtivo e de comunicação de massa; no anterior, identificando as dinâmicas da comunicação cotidiana nos diferentes grupos culturais.

Essas práticas negociadas decorrem do que Canclini chama de “reconversão” econômica e simbólica com que povos em movimento, migrantes e imigrantes, ou passando por diferentes processos sociais que os mobiliza e fazem seus produtos culturais para gerar aproximações e relações de troca social ou mercadológica; ou ainda, quando a tecnologia e novas políticas levam trabalhadores e empresas a reformularem o processo produtivo industrializado. Mas, segundo o autor, em ambos os casos permanecem referências históricas que permitem uma produção diferenciada e até singular dependendo do grupo ou modo cultural. (2003, p.14)

E isso ocorre em diferentes setores sociais e de produção cultural, por exemplo, com a festa popular que originalmente pode ser uma expressão religiosa e vira uma oportunidade de negócio turístico; ou um prato da culinária de um grupo identitário, como a pizza, é transformado em um produto transnacional; um conto ou mito popular é transposto para uma telenovela; uma roupa específica de um grupo é incorporado em diferentes culturas de modo harmonioso e sem preconceitos, como a calça *jeans*.

Além disso, muitas produções culturais procuram manter sua originalidade, mas se apropriam de tecnologias e do mercado criativo para fortalecer suas produções e a relação com seu público/audiência; ou ainda, e mais relevante, quando se constitui em referência mundial como patrimônio cultural material ou imaterial. Tanto a divulgação dos produtores como a recepção podem se expressar nessas redes comunicativas com duas posturas: ativa e ativista. Segundo Osvaldo Trigueiro, as audiências são sempre



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

presentes seja ela dos grandes meios de comunicação massiva ou das expressões e meios populares.

Não existe o espaço vazio, não existe o sujeito ausente ou sem a capacidade de decodificar o grande volume de mensagens chegadas através da comunicação hipermidiática. O que existe é uma maior ou menor relevância, um maior ou menor grau de engajamento do sujeito constituinte da audiência (...) (2005, p.4).

São essas ações articuladas entre os sujeitos produtores e receptores que vão criar garantias para a diversidade cultural e a constituição de políticas públicas. Pois, todos esses exemplos, de um modo ou de outro, situam-se no cenário socioeconômico, como processo ou produto/patrimônio, e requerem respaldos seja para o reconhecimento, atenção, regulação ou fomento. E nesse sentido, exigem uma articulação que vai além dos espaços culturais de manifestação, para o espaço público configurando-se como “problema público”, instrumento de política pública ou como atores políticos.

Schmidt e Santos (2017, p.113) explicam que as redes comunicativas podem criar diferentes relações entre diferentes grupos, inclusive entre atores e poder público e articular imperativos diversos no sentido de atender as demandas da diversidade cultural na reflexão, mobilização e constituição de políticas públicas. E sendo as redes ao proporcionar um espaço de diálogo, também se apresenta como um meio para que a comunicação entre diferentes sujeitos aconteça ao mesmo tempo em que se configura uma rede comunicativa, permeada por pessoas que transitam em diferentes realidades, haja vista que tais espaços não possuem medidas restritivas quanto ao público, mas são criados por ele. É uma amostra de rede cultural, entendida por Schmidt (2016) como espaço de folkcomunicação.

(...) como a dimensão primária para a comunicação interpessoal e a composição de grupos ativos de audiência, ou seja, as redes sociais como conjuntos de ações múltiplas e simultâneas de comunicação que proporcionam a interação entre diferentes indivíduos, grupos e níveis nos processos culturais. Estas, conferem aos indivíduos um poder de participação em redes comunicativas que vão do interpessoal ao empresarial, do pessoal ao comunitário e ao planetário através de recursos interativos próprios a cada cultura. As Redes se instituem a partir de interesses comuns que vão do econômico ao religioso, do



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

afetivo ao artístico de seus agentes ativos e promotores e demais participantes (SCHMIDT, 2016 p. 13).

Nesse espaço folkcomunicacional, cada participante pode, a partir dos vínculos interpessoais, refletir sobre si, seu modo de vida e a sua maneira de entender o contexto no qual trabalha, reside e participa das práticas culturais e ações políticas.

Atualmente, em decorrência da “revolução digital”, tão importante ou mais que a própria revolução industrial, possibilita uma aproximação mais direta entre produtores-receptores da diversidade cultural, e intensifica as possibilidades de diálogo em rede por meio de computadores e telefonia móvel. Além do que, as tecnologias decorrentes desse cenário são amparadas por políticas públicas e privadas determinantes de padrões de produção e promoção cultural, o que exige uma articulação ágil dos grupos sociais suficiente para atuar em sociedade com pronta decisão.

Porém, apesar de todo esse cenário favorável para o diálogo intercultural e a vivência harmônica entre povos, as divergências e contraposições têm marcado as sociedades. Uma cultura dinâmica e criativa está criando também, mecanismos de afastamento e desigualdade que são pautados pelos grandes processos econômicos e políticos. Divergências e conflitos mediados pelas possibilidades de negócios da indústria da cultura e de todas as demais indústrias; que acabam por desestruturar políticas públicas de amparo à cultura da paz.

Políticas públicas, atores e agenda

Quando se fala em Políticas Públicas, é importante trazer o conceito, pois existe uma diferença terminológica que ora as distanciam, ora as aproxima. Diferença conceitual que está no contexto e na ação, pois nem toda ação política é uma política pública, mas pode levar a uma. O uso que se faz da palavra “política”, em países de origem latina como o Brasil, Espanha, Itália e França é diferenciado e traz duas conotações: uma em que a política é entendida como a atividade política, o exercício do poder; a outra, relacionada à ação ou organização. Mas em ambos os casos, oferecem margem para significados distorcidos.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

No inglês, por exemplo, existem duas palavras para indicar estes dois conceitos abstratos: *politics* (para política) e *public policy* (para política pública). Em Leonardo Secchi (2017) esses termos são detalhadamente apresentados para que não haja dúvidas sobre os termos e apropriações para as ações dos atores sociais, independente do grupo cultural ele pertencer.

“Política é mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e ação.” Nas organizações públicas, privadas, e do terceiro setor esse termo expressa a forma de administrar, de se posicionar no mercado ou na sociedade. Já o termo Política Pública trata “do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. As políticas públicas são acompanhadas de qualificadores: política pública educacional, de saúde, econômica, tributária, etc. (SECCHI, 2017, p.1-6)

Schmidt e Santos (2017) explicam que no campo das políticas públicas existem aqueles conhecidos como atores sociais. Esses integrantes da cena política possuem o importante papel de atuação diante do processo de agendamento, construção, implementação e nos desdobramentos das políticas públicas. Para Secchi (2010), os atores sociais são pessoas ou grupos que atuam na sensibilização pública acerca dos temas relevantes ou ainda concentram sua ação diretamente na elaboração de propostas que serão convertidas em políticas públicas. Esses atores tem seu desempenho na arena política, ou seja, “o lugar onde ocorre a disputa política”.

Essas atuações na arena política levam a formação de uma agenda, considerada de um modo geral como “conjunto de problemas o temas entendidos como relevantes”, e especificamente a “agenda formal” como aquela relacionada diretamente ao poder público em que se relaciona o “conjunto de problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Também é conhecida como agenda institucional”. Ainda outros dois tipos a agenda política que se relaciona à avaliação dos atores institucionais ou políticos que abriga o “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”. E, a agenda da mídia que engloba o “conjunto de problemas ou temas que recebe especial atenção dos diversos meios de comunicação” (SECCHI, 2017 p.151).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Por isso é importante ficar claro que os indivíduos, grupos e organizações que influenciam o processo político não têm comportamentos ou interesses estáticos, mas sim dinâmicos de acordo com os papéis que interpretam. Os atores devem interagir e participar igualmente dos processos, definir pautas e projetos, buscar recursos, promover aproximações e diálogos, fazer coligações, e resolver conflitos na arena política (SECCHI, 2017 p.77).

São os atores sociais que devem pautar as agendas dos gestores para as Políticas Públicas, principalmente àquelas que compreendam:

- A Diversidade Cultural como dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável;
- A perspectiva da diversidade na formação humana;
- Percepções sobre a pobreza e sua erradicação;
- O reconhecimento da ancestralidade como patrimônio imaterial;
- Pertencimento racial, geracional, de gênero entre outras diversidades como dimensão existencial;
- Entendimento das expressões culturais para a indústria criativa; etc.

Políticas Culturais, Diversidade e Movimentos Sociais

O tema da diversidade cultural está em diferentes políticas públicas – das federativas à regionalização, são garantidas pela Constituição Federal e pelas legislações estaduais e municipais. E, de forma mais ampla, essa área é transversal às atividades da UNESCO, nos vários setores, que tem especial ênfase nos aspectos que envolvem a produção cultural, como as áreas relacionadas ao patrimônio (mundial – material e imaterial), às indústrias culturais e criativas, às línguas, ao desenvolvimento sustentável e ao diálogo intercultural.

A diversidade também é ponto preponderante para negociações e posicionamentos da ONU, e tema central que define tratados internacionais. Mas, no que se refere a realidade brasileira, a diversidade cultural foi a norteadora da formulação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e que serve de parâmetro



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

supremo às demais normativas regionalizadas. Ficou nomeada pelo povo brasileiro como a Constituição Cidadã justamente por compreender as demandas da diversidade cultural brasileira.

A presença diferenciada de povos múltiplos e diversos na realidade nacional, ao longo de um processo histórico, foi delimitando a vida em sociedade nos aspectos materiais e imateriais. Com uma dinâmica complexa que se consolidou no cotidiano, os grupos sociais incorporaram, assimilaram e formaram expressões delimitadoras da cultura brasileira. É uma sucessão de trocas que foi ocorrendo (e ainda ocorre) de modo a interferir no cenário político de forma mais sistemática.

De acordo com a Declaração da Cidade do México sobre Políticas Culturais da UNESCO de 1982, a Cultura é processo vivo, contínuo e dinâmico dentro de sociedades complexas que compreendem de modo singular ou plural uma diversidade de expressões que envolvem:

O conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.21)

Ainda conforme a Declaração da UNESCO, a Cultura, a civilização e povos têm conotações diferentes segundo o contexto, por exemplo, científico ou político. As sociedades estão inseridas no contexto das civilizações, e precisam reconhecer-se na diversidade da formação de seus povos como heterogêneas, e desse modo organizar-se de modo menos impositivo e exploratório, para serem promotoras do diálogo intercultural. (1982, p.24)

A cultura é entendida mais como processo, em que as sociedades vão-se modificando de acordo com os caminhos que lhes são próprios. E, seus povos se consolidam como grupos identitários abertos e móveis (mutáveis) em que se modificam ou modificam o contexto para firmarem como civilização. Alguns estudos mostram que essa dinâmica acontece principalmente em momentos de conflito ou crise social, onde a necessidade de sobrevivência transforma-se em uma forma de fortalecimento grupal e



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

identidade. Esse movimento vai constituir em diferentes posicionamentos étnico-sociais, políticos, econômicos.

No processo social as manifestações culturais surgem das necessidades primeiras de trocas simbólicas e materiais para a sobrevivência em comunidade, e estão ligadas às questões que vão da moradia à alimentação, da saúde à fé. As diferentes culturas criam sistemas de sobrevivência e convivência apropriando-se das ofertas naturais e as transformam para atender suas necessidades. Cada grupo social se manifesta de modo a criar referências, estabelecer diálogos e conquistar espaços sociais que lhe proporcionem uma vida melhor.

Segundo Downing (2004), essas manifestações são resultantes de diferentes circunstâncias gerando os “movimentos sociais”, que se caracterizam de diferentes formas desde o século IX. Para o autor, primeiramente o termo “movimentos sociais” foi utilizado para compreender e definir a insurreição das massas, seja por motivação política ou contracultural se revertiam em manifestações espontâneas de protestos e rebeldia. Depois, a mesma expressão foi utilizada para definir os movimentos populares organizados para reivindicações classistas ou grupos mobilizados coletivamente em torno de causas humanitárias e sociais como o feminismo, aborto, igualdade racial, etc. Esses movimentos eram compostos por grandes grupos marginalizados dos centros hegemônicos de decisão e expressos em manifestações públicas como passeatas, greves, performances culturais, panfletagens e outras formas de comunicação próprias ao receptor – folkmídias.

E, o terceiro tipo de movimento social, diferente dos anteriores que estavam mais diretamente relacionados a reivindicações políticas ou econômicas, está ligado ao que ele chama de “novos movimentos sociais”, voltados para o desenvolvimento pessoal ou para a identidade coletiva, por meio de festividades, artes, artesanato e outras formas culturais e próprias ao grupo – o que Beltrão define como processos folkcomunicacionais.

Os movimentos sociais estão diretamente relacionados com a comunicação. Para Downing (2004), a esfera pública materializa a ágora grega e nela é possível observar diferentes teias de comunicação, em círculos que se inter-relacionam e que possibilitam



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

mútuas comunicações, que favorecem o debate em diferentes níveis. E para Beltrão esses movimentos são decorrentes de relações interpessoais em diferentes níveis, com vários mediadores que decodificam e valorizam as mensagens e canais que viabilizam a fala, a forma, o lugar dos grupos marginalizados no cenário público.

Porém, acentuadamente nas últimas três décadas, as manifestações culturais tem recebido forte interferência da indústria criativa mundial, que por meio de um discurso mercadológico junto com a economia globalizada, é o coautora de reconfigurações culturais locais e mundiais. Canclini explica essa ocorrência por meio do conceito de hibridismo cultural e, segundo ele, são três processos para explicar a hibridação: “(...) a quebra e a mescla dos conjuntos que organizavam os sistemas culturais, a desterritorialização dos processos simbólicos e a expansão dos gêneros impuros” (CANCLINI: 1995, p.264). Ainda nessa visão, esse panorama produtivo envolve todos os aspectos e segmentos da sociedade, que a nosso ver engloba a diversidade cultural entendida em sua denominação mais ampla: de gênero, etnia, classe, idade, religiosidade, nacionalidade etc.

Tal sistema cria uma rede hegemônica que define a visão de mundo e as necessidades de consumo de modo global e impositivo, que só se rompe ou é contraposta por redes comunicativas interpessoais (CASTELLS, 2015), ou seja, por processos folkcomunicacionais com referências em princípios comuns e universais como as definidas pela UNESCO sobre Políticas Culturais, como as Constituições Cidadãs ou ainda os Direitos Humanos.

É nesse sentido que as redes folkcomunicacionais e as políticas públicas não se desenvolvem num contexto individual. Tanto as ações folkcomunicacionais quanto as atividades relativas às políticas públicas se manifestam em territórios de interação, no qual a ação coletiva, independentemente do número de sujeitos, se articula num movimento dinâmico (SCHMIDT; SANTOS, 2017, p.108).

Isso quer dizer que, os movimentos sociais operam como atores fundamentais na arena política e não manifestam apenas os aspectos ligados a uma situação, apresentam características decorrentes do contexto social em que estão inseridos, dando-lhes forma e significado. Portanto, na sociedade capitalista e globalizada, as manifestações



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação Universidade Federal do Amazonas - UFAM Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

assumem diferentes status: de resistência, de divergência e oposição, de convergência e acomodação, de decisão. Isso quer dizer que, as manifestações culturais adéquam suas expressões de modo a tornar-se um importante instrumento para crítica, pressão e formulação de políticas, podendo inserir-se na agenda pública.

Considerações Finais sobre Patrimônio cultural, ativismo e políticas públicas

Os bens, constituidores dos patrimônios culturais vinculados aos seus grupos produtores, mesmo que ainda não tenham sido reconhecidos e garantidos pelas políticas públicas, estabelecem um processo de comunicação com um mundo de domínio de cada grupo cultural. Isso garante a articulação e qualificação da produção para protagonizar ações que levem ao reconhecimento público do patrimônio. Por outro lado, ainda, as mediações entre diferentes grupos possibilitam a criação de novos canais para um diálogo e até uma produção cultural cidadã; uma vez que compete aos grupos e a atuação de suas lideranças ou autores, a escolha de suas atuações nas sociedades.

Os patrimônios culturais que tenham um vínculo com seus grupos produtores, mesmo que ainda não tenham sido reconhecidos e garantidos pelas políticas públicas, estabelecem o processo de pertencimento e empoderamento com um mundo singular para posicionamento no mundo plural. Isso garante a articulação e qualificação da produção para protagonizar ações que levem ao reconhecimento público. Por outro lado, ainda, o reconhecimento por meio de uma ação política mediada possibilita a criação de novos canais de diálogo cultural e promoção da cidadania.

Portanto, as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico e globalizado podem formar redes comunicativas de maneiras singulares, para posicionarem sua produção cultural e atuar como grupo de pressão, com agentes/líderes folk ou ativistas midiáticos. Elas vão estabelecendo relações do local ao global para demarcar sua territorialidade para refletir em políticas de seu interesse, do mesmo modo que estabelecem interações mediatas para a elaboração de seus bens culturais (SCHMIDT, 2014, p.48).



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Essa conjunção de grupos marginalizados, coligados em seus processos de folkcomunicação, com presença significativa de ativistas midiáticos, é possível entender por meio da prática dos sujeitos ativos e dos ativistas midiáticos. Para Trigueiro (2006) todos que exercem uma atividade de acesso aos veículos comunicativos são considerados sujeitos ativos, o que difere dos ativistas, que além de acessarem, desempenham uma atividade de militância, e assim, planejam e participam de movimentos nos quais manifestam suas posições.

O ativista midiático é um motivador, que parte do anonimato para o reconhecimento público, ou seja, passa a ter visibilidade no bairro, em instituições públicas e nos diversos meios sociais. E, nesse contexto em que a globalização se configura em uma fase mais perniciosa e sutil para o desmonte de referências culturais, Trigueiro (2006) avalia ser fundamental a compreensão dos sistemas folkcomunicacionais e do papel dos ativistas midiáticos que “atuam nos movimentos participativos da cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil” (TRIGUEIRO, 2006 p. 10).

Por isso, é que nos processos constitutivos de políticas culturais tenta-se abarcar em cada marco regulatório as características resultantes da diversidade expressa em manifestações distintas que conjugam patrimônios ora materiais ora imateriais. Aliás, é justamente o resultado dessa diversidade - das manifestações em suas configurações dinâmicas, dos códigos novos, dos elementos atualizados, das transgressões - que interessa para refletir, avaliar e propor políticas públicas. E, principalmente as comunidades à margem do contexto produtivo hegemônico que precisa mobilizar-se para posicionarem sua produção cultural e atuar como ativistas e pautadores da agenda pública.

Por fim, a prioridade emergente está em criar mecanismos cada vez mais claros e firmes para que as sociedades respeitem sua diversidade com práticas econômicas e políticas de entendimento e respeito mútuo. Esses mecanismos, estão se consolidando por meio de práticas sociais e políticas públicas para garantir, mesmo que forçadamente, a harmonia mundial e a paz entre os povos.



XIX Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Parintins (AM), de 25 a 27 de junho de 2018

Referências bibliográficas

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 4ª ed., 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 2ª. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

REIS, Bruno P. W. Arena Política In: Giovanni, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas – Fundap**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013

SCHMIDT, Cristina; SANTOS, Daniel M. **Redes Folkcomunicacionais e Políticas Públicas: A Escola de Cidadania e Espaço Político e de Ativismo Midiático**. Revista Internacional de Folkcomunicação, Ponta Grossa/ PR Volume 15, Número 34, p.103-118, Janeiro/Junho 2017.

SCHMIDT SILVA, Cristina. **As manifestações Culturais como constituidoras de políticas públicas**. (IN) Valente, H.; Prados, R.M.N.; Schmidt, C. (Org.) A música como negócio: políticas públicas e direito do autor. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SCHMIDT, Cristina. **Redes Culturais Comunicativas**: uma pesquisa colaborativa e interdisciplinar em Folkcomunicação. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2016. v. 1. p. 1-14. Disponível em <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2669-1.pdf>> Acesso em 19 abr. 2017.

CECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage, 2017.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e Ativismo Midiático**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

TRIGUEIRO, Osvaldo. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 4, n. 7, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/536/370>> Acesso em 19 abr. 2017.

UNESCO. **2º. Relatório Mundial da UNESCO: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris, France: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009.